

ARTIGO ORIGINAL

Preconceito dos estudantes universitários em relação à deficiência: Um estudo exploratório

Prejudice of university students toward disability: An exploratory study

Thais Pousada ¹

Marta Nogueira ²

Jessica Garabal-Barbeira ¹

Célia Sousa ³

¹ Universidade da Coruña, Centro de Investigación en las TIC, Grupo de Investigación TALIONIS, Espanha

² Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Politécnico de Leiria, Centro de Investigação em Qualidade de Vida (CIEQV), Portugal

³ Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Politécnico de Leiria, Centro de Recursos para a Inclusão Digital (CRID), Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova (CICS.NOVA), Pólo do Instituto Politécnico de Leiria, Portugal

Recebido: 24/02/2023; Revisto: 09/04/2023; Aceite: 15/05/2023.

<https://doi.org/10.31211/rpics.2023.9.1.294>



Resumo

Contexto: A inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior é um importante desafio social e académico. O preconceito em relação às pessoas com deficiência pode representar uma barreira significativa para a sua integração e sucesso académico, tornando essencial o entendimento dos fatores entre os estudantes universitários. **Objetivo:** Este estudo descritivo e transversal teve como foco principal o preconceito em relação à deficiência e visou (1) investigar a presença de preconceito e atitudes entre estudantes universitários face à deficiência; (2) averiguar se os preconceitos e atitudes são influenciados por fatores demográficos, académicos ou pelo contacto prévio com pessoas com deficiência; e (3) explorar a relação entre o preconceito e as atitudes específicas em relação à deficiência intelectual. **Métodos:** A amostra incluiu 104 estudantes da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria. Utilizou-se um questionário sobre preconceito e duas escalas sobre atitudes em relação à deficiência. **Resultados:** Os dados sugerem um baixo preconceito face à deficiência, com atitudes favoráveis em relação à deficiência intelectual. Não se verificou relação entre preconceito e sexo, idade, ou nível de estudos. Contudo, não foi encontrada uma relação estatisticamente significativa entre o preconceito geral e as atitudes específicas em relação à deficiência intelectual. Uma relação significativa foi encontrada entre o nível socioeconómico e o preconceito. **Conclusões:** Estes achados podem ser fundamentais para informar futuras intervenções e políticas inclusivas destinadas a promover um ambiente de ensino superior mais inclusivo e receptivo.

Palavras-Chave: Pessoas com Deficiência; Preconceito em Relação à Deficiência; Inclusão Educativa; Estudantes Universitários; Estudo Quantitativo.

Abstract

Background: The inclusion of people with disabilities in higher education is a significant social and academic challenge. Prejudice towards people with disabilities can pose a substantial barrier to their integration and academic success, making it essential to understand the factors among university students. Objective: This descriptive and cross-sectional study primarily focused on prejudice towards disability and aimed to (1) investigate the presence of prejudice and attitudes among university students towards disability; (2) ascertain whether prejudices and attitudes are influenced by demographic, academic factors, or previous contact with people with disabilities; and (3) explore the relationship between prejudice and specific attitudes towards intellectual disability. **Methods:** The sample included 104 students from the School of Education and Social Sciences at the Polytechnic Institute of Leiria. A questionnaire on prejudice and two scales on attitudes toward disability were used. **Results:** The data suggest low prejudice towards disability, with favorable attitudes towards intellectual disability. No relationship was found between prejudice and sex, age, or level of studies. However, no statistically significant relationship was found between general prejudice and specific attitudes toward intellectual disability. A significant relationship was found between socioeconomic status and prejudice. **Conclusions:** These findings can be fundamental in informing future interventions and inclusive policies aimed at promoting a more inclusive and receptive higher education environment.

Keywords: Persons with Disabilities; Disability (Prejudice toward); Educational Inclusion; University Students; Quantitative Study.

Introdução

O *Global Burden of Disease* estima que cerca de 975 milhões de pessoas vivam com algum tipo de deficiência, representando cerca de 19,4% da população mundial (World Health Organization [WHO], 2004). O *World Health Survey* aponta que, acima dos 15 anos, aproximadamente 785 milhões de pessoas, ou seja, 15,6% da população, possuem algum grau de deficiência (Organização Mundial da Saúde [OMS], 2011). A tendência é de que estes números continuem a crescer, um fenómeno impulsionado tanto pelo envelhecimento da população como pelo aumento global de doenças crónicas (OSM, 2011). Em Portugal, os Censos mais recentes indicam que 10,9% da população, ou seja, 1.085.472 indivíduos, apresentam pelo menos uma dificuldade nas suas atividades diárias devido a uma deficiência. Destes, 12.667 pessoas estão registadas como desempregadas (Instituto Nacional de Estatística, 2021).

Indivíduos com deficiência confrontam-se diariamente com barreiras psicológicas e culturais impostas pela sociedade, consequência dos preconceitos que persistem contra a deficiência (Rodríguez Rubiano & Ramírez, 2012). Estes preconceitos, atitudes, crenças e experiências negativas podem, por vezes, estar associados a generalizações decorrentes de falta de conhecimento e omissão de informações, limitando assim a participação plena destes indivíduos na sociedade (Rodríguez Rubiano & Ramírez, 2012).

As noções de preconceito e de atitude serão as variáveis neste estudo, pelo que se torna essencial elucidar esses conceitos. Nesse sentido, apresentam-se as suas definições terminológicas.

A atitude pode ser definida como uma "predisposição aprendida para responder consistentemente de forma favorável ou desfavorável a pessoas, ou grupos de pessoas, objetos sociais e situações" (Alonso et al., 2007, p. 4). A atitude, sendo uma característica adquirida, é suscetível de modificação.

O preconceito é definido como uma atitude negativa direcionada a um grupo social ou a uma pessoa percebida como membro desse grupo (Deal, 2007). O preconceito consiste num julgamento, geralmente

desfavorável, formado sem razão ou conhecimento adequado, implicando uma atitude negativa e hostil perante uma pessoa identificada como membro de um grupo, baseada unicamente na sua afiliação a esse grupo. Como um tipo particular de atitude, o preconceito agrega componentes cognitivos (crenças), afetivos (sentimentos) e comportamentais (disposições para agir), constituindo-se como um sistema permanente sobre um objeto social (Pérez-Grande et al., 1999).

Dadas as noções de preconceito e atitude, que são cruciais para este estudo, torna-se relevante explorar o contexto em que essas variáveis se manifestam frequentemente: a área educacional. Esta área, sendo um direito fundamental de todos os cidadãos, tem uma importância particular na manifestação e no combate a atitudes preconceituosas. Assim, todos devem ter acesso igualitário, sem distinções. Os estudantes com necessidades educativas especiais, que requerem apoio e atenção educacional específica, não são exceção. É imprescindível, portanto, que o sistema educativo implemente ações que garantam o acesso à educação a estes estudantes, promovendo a qualidade, a flexibilidade e a igualdade (Baldomir Cabanas et al., 2017). Frequentemente, a presença de barreiras, associada à falta de meios e recursos necessários, dificulta o acesso de muitos alunos com deficiência aos centros universitários. Esta situação pode limitar o envolvimento em atividades, tornando-se uma das principais fontes de exclusão (Baldomir Cabanas et al., 2017). No contexto do ensino superior, de acordo com dados recolhidos de 61 universidades espanholas participantes no "V Estudio sobre o grao de inclusión do sistema universitario español respecto da realidade das persoas con discapacidade" (Fundación Universia, 2021), o número total de estudantes com deficiência era de 19.919, representando 1,5% da comunidade universitária em análise. A comparação entre as universidades públicas e privadas revelou uma ligeira discrepância em termos percentuais (1,6% vs. 0,4%). Diferenças mais substanciais foram observadas quando se comparou a taxa de estudantes universitários com deficiência em universidades locais (1%) e em universidades de ensino à distância (5,6%) (Fundación Universia, 2021). Em Portugal, no ano 2018, a taxa de abandono escolar precoce entre estudantes com deficiência (18–24 anos) era de 21,9% em contraponto aos 12,4% verificados em alunos sem deficiência. Todavia, notou-se um aumento de 16,8% no número de estudantes com deficiência a frequentar o ensino superior em 2019–2020 ($n = 2311$) comparativamente ao ano letivo 2018–2019 ($n = 1978$), sendo que 87,8% ($n = 2030$) destes frequentavam o ensino público (Campos Pinto & Neca, 2020).

A transição do ensino secundário para o ensino superior representa para os estudantes um novo e mais desafiante contexto educacional (Coulon, 2008). Neste cenário, a inclusão de estudantes com deficiências no ensino superior assume particular relevância, sendo uma iniciativa crucial das universidades para combater potenciais desigualdades no acesso à educação universitária. Este desafio tem-se tornado mais premente, pois assiste-se atualmente a um aumento do acesso ao ensino superior por parte dos estudantes com deficiência ou com necessidades específicas.

Face a este novo cenário, as Instituições de Ensino Superior em Portugal têm-se esforçado para responder de forma cada vez mais eficiente às necessidades específicas destes estudantes. Nesse sentido, têm surgido

regulamentos, programas e ações direcionados para a inclusão em várias instituições. Estas ações refletem algumas orientações internacionais, ao mesmo tempo que se verifica um incremento do debate sobre o tema no seio da academia (Antunes & Faria, 2013). Considerando o perfil diversificado de estudantes, uma universidade inclusiva é desafiada a acomodar uma vasta gama de necessidades (Coulon, 2008; Lima, 2003), perspetivando-se a criação de um ambiente educacional onde as diferenças sejam não apenas reconhecidas, mas também valorizadas (Valle & Connor, 2014).

Neste cenário, os estudantes universitários podem deparar-se com uma variedade de barreiras ou dificuldades durante a sua trajetória académica. Estas dificuldades, que podem surgir tanto no acesso à documentação e material audiovisual, como na interação professor-aluno, podem comprometer o seu desempenho académico, em alguns casos levando a situações de insucesso. Para além disso, podem gerar frustração nos estudantes, que se veem impedidos de realizar o seu trabalho académico de forma adequada e satisfatória (Heiman & Precel, 2003). Além disso, podem gerar frustração nos estudantes, que se veem impedidos de realizar o seu trabalho académico de forma adequada e satisfatória (Getzel & Thoma, 2008). Em particular, as atitudes em relação à deficiência intelectual podem representar outra camada de complexidade neste contexto. A maneira como os estudantes percebem e interagem com indivíduos com deficiência intelectual pode influenciar significativamente tanto a sua experiência de aprendizagem como a sua integração social na comunidade académica (Scior, 2011).

Face a estes desafios, o mundo universitário é instado a responder de forma positiva à procura crescente por parte de estudantes com deficiência. Em Portugal, esta necessidade tem justificado a criação de serviços de apoio à inclusão nas instituições de ensino superior.

Considerando o panorama apresentado, com um número crescente de pessoas com deficiência, muitos dos quais enfrentam barreiras significativas devido a preconceitos e atitudes negativas, é crucial desenvolver uma compreensão mais profunda desta situação, especialmente no âmbito do ensino superior. Importante salientar que o preconceito foi escolhido como a variável principal neste estudo. Allport (1954) explica que o preconceito, sendo uma atitude negativa mais arraigada e resistente à mudança, pode ser mais prejudicial e, portanto, mais relevante para analisar e compreender. Além disso, Dovidio et al. (2003) argumentam que, uma vez estabelecido, o preconceito é difícil de superar sem intervenções direcionadas, tornando-se assim uma barreira mais obstrutiva à integração e ao sucesso académico do que atitudes negativas. Além disso, considera-se pertinente examinar como o preconceito em relação às pessoas com deficiência pode estar relacionado com as atitudes específicas em relação à deficiência intelectual. Esta análise matizada pode revelar facetas diferenciadas do preconceito e das atitudes em relação à deficiência.

No domínio da educação, e particularmente nas áreas da educação e das ciências sociais, os estudantes universitários irão, muitas vezes, interagir diretamente com estes jovens e jovens adultos, moldando e influenciando a sua experiência educativa. Portanto, entender as atitudes e preconceitos desses futuros profissionais torna-se fundamental para a criação de um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e

acolhedor. Em Portugal, especificamente, a taxa de abandono escolar entre estudantes com deficiência é motivo de preocupação. Assim, torna-se necessário explorar os possíveis fatores subjacentes a este fenómeno.

Neste contexto, realizou-se um estudo com alunos das licenciaturas ligadas à educação e às ciências sociais. O estudo foi delineado com três objetivos, nos quais o preconceito em relação às pessoas com deficiência surge como o principal foco de investigação: (1) explorar a presença de preconceito em relação às pessoas com deficiência entre estudantes universitários destas áreas; (2) investigar se o preconceito e as atitudes em relação às pessoas com deficiência variam em função de determinados fatores demográficos, académicos, presença de deficiência no próprio estudante ou contacto anterior com essa população; e (3) examinar a relação entre preconceito em relação a pessoas com deficiência e as atitudes específicas em relação à deficiência intelectual. Esta análise é essencial para desenvolver estratégias e políticas educacionais mais eficazes que promovam um ambiente universitário mais inclusivo e um futuro profissional mais equitativo para todos.

Método

Descrição do Estudo

Este estudo, de natureza observacional, transversal e descritiva, foi conduzido na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS) do Instituto Politécnico de Leiria entre os meses de maio e junho de 2022.

Participantes

A amostra incluiu 104 estudantes da ESECS, maioritariamente do sexo feminino (96,2%). As idades variaram entre os 18 e os 53 anos, com uma média de 20,70 anos ($DP = 3,82$). A licenciatura em Educação Básica foi a mais frequentemente representada entre os estudantes ($n = 50$, 47,6%). Todos os participantes se encontravam matriculados em regime de tempo integral, sem nenhuma situação de trabalhador-estudante. A distribuição académica dos participantes e outras informações sociodemográficas e académicas são apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1*Características Demográficas e Académicas da Amostra*

Variáveis nominais	Categorias	<i>n</i>	%
Sexo	Masculino	4	3,8
	Feminino	100	95,2
Curso	Serviço Social	29	27,6
	Educação Básica	50	47,6
	Educação Social	21	20,0
	Desporto e Bem-estar	4	3,8
Estado civil	Solteiro	103	99,03
	Casado	1	0,96
Nível de estudos alcançado	Mestrado	1	0,96
	Licenciatura	4	3,85
	Ensino secundário	99	95,2
Nível Socioeconómico	Baixo	1	0,96
	Médio-baixo	22	21,15
	Médio	77	74,04
	Médio-alto	4	3,85
	Alto	0	0
Tem algum tipo de deficiência	Sim	8	7,7
	Não	96	92,3
Contacto passado com pessoas com deficiência	Sim	93	10,6
	Não	11	89,4
Contacto atual com pessoas com deficiência	Sim	43	58,7
	Não	61	41,3
Variáveis contínuas	<i>M (DP)</i>	<i>Min.</i>	<i>Máx.</i>
Idade	20,7 (3,8)	18	53
Anos de estudo	1,99 (0,74)	1	4

Instrumentos

Questionário Sociodemográfico e de Contacto com a Deficiência

Este questionário recolheu as seguintes variáveis:

- 1) Sociodemográficas: idade (em anos), sexo (masculino/feminino), licenciatura ou mestrado que está a frequentar (resposta aberta), tempo de estudo no ensino superior (em anos), nível de estudos alcançados (primário, bacharelato ou licenciatura, mestrado, doutoramento), nível socioeconómico (alto, médio-alto, médio, médio-baixo, baixo).
- 2) Autoavaliação de deficiência: tipologia, incluindo física, mental, auditiva, visual e intelectual.
- 3) Interação com pessoas com deficiência: questões sobre se o participante teve algum tipo de contacto com pessoas com deficiência antes de iniciar os seus estudos universitários (sim/não), a natureza desse contacto (se aplicável, e.g., familiar, colegas de aulas, lazer/amizade), o tipo de deficiência (se aplicável) e a frequência do contacto (se aplicável, *quase permanente, habitual, frequente, esporádico*). Perguntas similares foram feitas sobre qualquer contacto atual com pessoas com deficiência.

Questionário de Preconceito em Relação a Pessoas com Deficiência (QP-PD)

O QP-PD, elaborado por Suriá Martínez (2011), inclui dez itens que avaliam os preconceitos dos estudantes em relação a colegas com deficiência. As respostas são dadas numa escala tipo Likert de sete pontos de 1 (*totalmente em desacordo*) a 7 (*totalmente de acordo*). A pontuação total é calculada somando as respostas a cada item, onde pontuações mais elevadas correspondem a níveis de preconceito mais pronunciados face às pessoas com deficiência. Exemplos dos dois primeiros itens incluem: "É muito difícil que as pessoas com deficiência sejam felizes"; e "Normalmente as pessoas com deficiência são e/ou estão tristes". No âmbito do presente estudo, a fiabilidade da versão portuguesa foi avaliada através do coeficiente alfa de Cronbach, atingindo um valor de 0,81, aproximado ao valor da escala original em espanhol (α de Cronbach = 0,84). Estes valores evidenciam uma fiabilidade muito satisfatória para a medição da variável em estudo.

Escala de Atitudes Face à Deficiência Intelectual (EA-DI)

A EA-DI é instrumento desenvolvido por Cerrillo et al. (2013) que avalia as atitudes relativamente à deficiência intelectual através de 22 itens. Na nossa adaptação, as respostas foram dadas numa escala tipo Likert de sete categorias (1 = *não concordo de todo* e 7 = *concordo fortemente*). Essa pontuação foi adaptada da escala de Likert original, que era de 1-5 pontos, pelos seguintes motivos: maior sensibilidade e precisão, pois com mais opções de resposta, os respondentes conseguem expressar de forma mais precisa o seu grau de concordância ou discordância com os itens; redução da tendência para respostas neutras, já que numa escala de cinco pontos, a categoria central é frequentemente vista como neutra, podendo levar a respostas pouco informativas ou tendenciosas para o centro; e maior discriminação estatística, uma vez que os dados

obtidos podem ser submetidos a uma maior variedade de técnicas estatísticas, permitindo uma avaliação mais precisa das relações entre as variáveis e maior confiabilidade nos resultados (Lozano et al., 2008). As pontuações mais altas indicam uma maior concordância com a integração do grupo de pessoas com deficiência. Exemplos dos dois primeiros itens incluem: "As pessoas com deficiência fazem muitas coisas tão bem como qualquer outra pessoa" e "As pessoas com deficiência são constantes". A fiabilidade da versão portuguesa, medida pelo coeficiente alfa de Cronbach foi de 0,86. Na sua versão original, a EA-DI obteve um alfa de Cronbach de 0,89, demonstrando consistência interna elevada.

Escala de Atitudes Clássicas e Modernas em Relação às Pessoas com Deficiência Intelectual (EACM-PDI)

A EACM-PDI, elaborado por Akrami et al. (2006), inclui 19 itens avaliados numa escala tipo Likert de sete pontos (1 = *discordo totalmente*, 7 = *concordo totalmente*). Esta pontuação foi adaptada da escala original (escala de Likert de 1–5 pontos) pelas razões mencionadas anteriormente. Uma pontuação mais alta na EACM-PDI indica níveis mais elevados de atitudes associadas a preconceitos clássicos e modernos em relação às pessoas com deficiência. Este instrumento abrange oito itens relacionados com o Preconceito Clássico (Itens 1–8, e.g., "Os motivos principais de muitos dos problemas sociais e económicos que as pessoas com deficiência sofrem devem-se às fraquezas decorrentes da sua deficiência"). O Preconceito Moderno é avaliado através de 11 itens divididos em três componentes: Negação da Persistência da Discriminação (Itens 9–12, e.g., "A maioria das pessoas com deficiência não é mais vítima de discriminação no nosso país"), Antagonismo Face às Necessidades (Itens 13–17, e.g., "As pessoas com deficiência estão a ser muito exigentes na sua luta pela igualdade de direitos") e Ressentimento em Relação a Favores Especiais (Itens 18–19, e.g., 18 "A sociedade cuida mais das pessoas com deficiência do que é justo em comparação com outros grupos"). Na versão portuguesa desta escala, a fiabilidade foi moderada a alta, com um alfa de Cronbach de 0,71. Na versão portuguesa desta escala, a fiabilidade foi moderada a alta, com um alfa de Cronbach de 0,52 para a subescala relativa ao Preconceito Clássico e de 0,87 para a subescala do Preconceito Moderno. Na versão original, a fiabilidade foi de 0,68 para a subescala relativa ao Preconceito Clássico e de 0,82 para a subescala respeitante ao Preconceito Moderno.

Procedimento

Os instrumentos de recolha de dados utilizados neste estudo foram inicialmente traduzidos do espanhol para o português e adaptados para as características da amostra. Estas traduções foram revistas por académicos especialistas na área da educação e da deficiência e, posteriormente, submetidas a uma retroversão para o espanhol para garantir a manutenção do significado original.

Estabeleceu-se então o protocolo de recolha de dados. Com a autorização da direção da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria, os docentes responsáveis pelas unidades curriculares dos cursos listados na Tabela 1 distribuíram os questionários nas suas turmas. A recolha dos dados decorreu no mês de maio de 2022. Antes de preencherem os questionários, os estudantes foram informados acerca dos objetivos e detalhes do estudo, tendo fornecido o seu consentimento por escrito, de acordo com o modelo fornecido pela comissão de ética da instituição. Foi garantida a voluntariedade e anonimato da participação dos estudantes. Os dados foram recolhidos presencialmente nas salas de aula. Os questionários, inicialmente administrados em formato papel, foram depois digitalizados e transferidos para uma base de dados. Em todas as fases do estudo, assegurou-se a confidencialidade das respostas.

Análise Estatística

As análises dos dados recolhidos foram realizadas recorrendo ao programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 24.0. Empregou-se o teste de Kolmogorov-Smirnov para verificar a aderência dos dados à distribuição normal. Dado que a hipótese de normalidade foi rejeitada, recorreu-se à utilização de testes não paramétricos.

As variáveis qualitativas foram apresentadas em termos de frequência e percentagem, enquanto as variáveis quantitativas foram descritas através de medidas de tendência central e dispersão, incluindo média, desvio-padrão, mediana, mínimo e máximo.

Para analisar as diferenças nas pontuações das escalas segundo as categorias das variáveis qualitativas, aplicaram-se os testes de *U*-Mann Whitney ou Kruskal-Wallis.

O coeficiente de correlação de Spearman foi aplicado para avaliar a relação entre as variáveis em estudo.

A consistência interna dos vários instrumentos foi analisada através do coeficiente alfa de Cronbach, servindo como estimativa de fidelidade de um instrumento ou escala (Pallant, 2020).

O nível de significância estatística para todos os testes foi fixado em $p < 0,05$.

Resultados

Contacto com a Deficiência

Dos participantes do estudo, oito reportaram ter uma deficiência, sendo todos estes casos de natureza visual. Além destes, 93 estudantes referiram ter mantido contacto com indivíduos portadores de deficiência no passado. A natureza desse contacto variou: 33,7% ocorreram no contexto escolar com colegas de aula, 28,9% no ambiente familiar e 21,9% devido a atividades de lazer ou relações de amizade. O tipo de deficiência com que mais frequentemente interagiram foi a intelectual (32,2%), seguida pela física (24,5%) e visual (15,6%). A deficiência auditiva foi a que menos se verificou nestas interações, com uma percentagem

de 13,2%. Quanto à regularidade destes contactos, a maioria dos participantes (51,5%) indicou que eram "esporádicos", enquanto apenas 5,2% reportaram um contacto "quase permanente".

Entre os participantes que referiram manter contacto com pessoas com deficiência na altura do estudo ($n = 43$), a distribuição diferiu da anterior, dado que apenas dois participantes indicaram ter colegas de aula com deficiência, e o tipo de contacto mais frequente foi o familiar (48,5%). O tipo de deficiência mais reportado foi igualmente a intelectual (32,4%), seguido pela física (24,2%). O contacto "quase permanente" foi indicado apenas por dois participantes, enquanto o contacto "frequente" foi o mais assinalado (37,7%).

Preconceito em relação à Deficiência

Os resultados obtidos no QP-PD encontram-se resumidos na Tabela 2. Destacam-se os itens que obtiveram a maior e a menor média. O Item 11, "As pessoas com deficiência, frequentemente, recorrem à prostituição" foi o que registou a pontuação média mais baixa ($M = 1,26$), indicando uma discordância significativa por parte dos participantes. Por outro lado, o Item 15, "Deixaria os meus filhos sobre os cuidados de uma pessoa com doença mental", apresentou a pontuação média mais elevada ($M = 3,24$).

Tabela 2

Médias, Desvios-Padrão e Amplitude das Pontuações no QP-PD

Variáveis	<i>M</i>	<i>DP</i>	Amplitude
1. É muito difícil que as pessoas com deficiência sejam felizes	1,87	1,15	1–6
2. Normalmente as pessoas com deficiência são e/ou estão tristes	2,05	1,26	1–6
3. Uma pessoa com deficiência terá poucos amigos/as	1,85	1,05	1–5
4. As pessoas com deficiência são inocentes e não devem ter atividade sexual	1,36	0,78	1–6
5. Uma pessoa com deficiência dificilmente poderá sentir-se útil	1,79	1,28	1–7
6. ... terá uma vida aborrecida	1,49	0,74	1–4
7. ... será pouco eficaz no seu trabalho	1,51	0,82	1–4
8. ... terá pouco desempenho escolar	1,63	0,85	1–4
9. É difícil que uma pessoa com deficiência possa ajudar aos outros	1,80	1,14	1–7
10. As pessoas com deficiência não são atraentes para outras pessoas	1,74	1,09	1–7
11. ..., frequentemente, recorrem à prostituição	1,26	0,70	1–4
12. ... recebem facilidades para as tarefas no âmbito académico	2,76	1,63	1–7
13. ... costumam estar de mau humor frequentemente	1,62	0,98	1–6
14. ... costumam usar a sua condição para obter vantagens ou benefícios	1,79	1,04	1–7
15. Deixaria os meus filhos sob os cuidados de uma pessoa com doença mental	3,24	1,49	1–7
Pontuação total	1,85	0,54	1–3,93

Nota. QP-PD = Questionário de Preconceito em Relação a Pessoas com Deficiência.

Quanto à EA-DI, observou-se uma pontuação média de 5,33 numa escala até sete pontos. Este resultado sugere uma atitude geralmente positiva dos estudantes em relação às pessoas com deficiência.

No que diz respeito à EACM-PDI, a pontuação média geral foi de 3,27 num máximo de sete pontos. Ao desagregar os resultados, constatou-se que o Preconceito Clássico apresentou uma média de 2,55, refletindo atitudes predominantemente positivas. Por outro lado, as atitudes relacionadas com o Preconceito Moderno revelaram uma média global mais elevada ($M = 2,54$), indicando uma presença mais significativa deste tipo de preconceito entre os participantes. Isto foi particularmente evidente nos subitens de negação da persistência da discriminação ($M = 3,96$), antagonismo em relação às exigências ($M = 3,65$) e ressentimento em relação a favores especiais ($M = 4,10$).

Preconceitos e Atitudes em Função de Fatores Pessoais e Acadêmicos

A análise dos dados revelou que os preconceitos em relação às pessoas com deficiência, avaliados pelo QP-PD, não mostraram diferenças significativas em relação ao sexo ($U = 195,50$; $p = 0,939$), idade dos participantes ($\rho = 0,11$; $p = 0,331$), nível de estudos ($H = 4,33$; $p = 0,228$), presença de deficiência no participante ($U = 296,50$; $p = 0,285$) ou experiência de contacto com pessoas com deficiência ($U = 379,00$; $p = 0,161$).

No que diz respeito às atitudes em relação às pessoas com deficiência intelectual (EA-DI), observou-se uma variação significativa consoante o curso ($p < 0,01$), destacando-se os estudantes de Educação Básica a exibirem atitudes mais positivas ($M = 5,39$). No entanto, a presença de deficiência no participante ou a experiência de contacto com pessoas com deficiência não se mostraram determinantes das atitudes avaliadas ($U = 330,00$; $p = 0,510$; $U = 406,00$; $p = 0,265$).

Relativamente às atitudes clássicas e modernas face à deficiência intelectual (EACM-PDI), as diferenças significativas emergiram novamente em função do curso ($p < 0,01$), destacando-se os estudantes de Educação Social com pontuações mais favoráveis nos Preconceitos Modernos ($M = 2,99$). A presença de deficiência no participante ou a experiência de contacto com pessoas com deficiência não se mostraram impactantes na avaliação dos preconceitos clássicos e modernos ($U = 292,00$; $p = 0,261$; $U = 376,50$; $p = 0,153$).

O nível socioeconómico destacou-se, pois todas as medidas e quase todas as suas subescalas variaram em função deste fator (Tabela 3). Os estudantes de nível socioeconómico mais alto foram os que apresentaram menos preconceitos e atitudes mais favoráveis em relação a pessoas com deficiência.

Relação entre Preconceitos e Atitudes

A associação entre preconceito em relação às pessoas com deficiência (QP-PD), atitudes em relação à deficiência intelectual (EA-DI) e atitudes clássicas e modernas (EACM-PDI) foi explorada através do coeficiente de correlação de Spearman. Observou-se uma relação entre o QP-PD e a EACM-PDI ($\rho = 0,36$;

$p < 0,01$). No entanto, não se verificou associação estatisticamente significativa entre o QP-PD e as atitudes em relação à deficiência intelectual (EA-DI) ($\rho = -0,13$; $p = 0,201$).

A EA-DI, por sua vez, associou-se positiva e significativamente apenas com o Preconceito Clássico (EACM-PDI) ($\rho = -0,24$; $p < 0,05$). Isto sugere que os indivíduos com atitudes menos favoráveis em relação às pessoas com deficiência também apresentam maior preconceito clássico.

Tabela 3

Influência do Nível Socioeconómico sobre o Preconceito e Atitudes Face à Deficiência

Variáveis	QP-PD	EA-DI	EACM-PDI				
			Total	PC	PM-N	PM-A	PM-R
			<i>M (DP)</i>	<i>M (DP)</i>	<i>M (DP)</i>	<i>M (DP)</i>	<i>M (DP)</i>
1. NS Baixo	3,93 (0,30)	5,38 (1,20)	4,00 (0,98)	3,50 (0,51)	4,75 (0,65)	4,25 (0,30)	5,20 (0,10)
2. NS Médio-baixo	1,98 (0,45)	5,53 (0,55)	3,20 (0,37)	2,42 (0,47)	4,00 (0,56)	3,45 (0,79)	4,40 (0,70)
3. NS Médio	1,81 (0,52)	5,23 (0,63)	3,31 (0,44)	2,61 (0,62)	4,02 (0,68)	3,70 (0,76)	4,10 (1,00)
4. NS Médio-alto	1,33 (0,05)	6,2 (0,66)	2,5 (0,44)	1,72 (0,43)	2,38 (1,03)	3,68 (1,37)	3,30 (0,30)
<i>H</i>	11,71**	8,80*	9,99*	10,06*	12,03**	2,06	7,39*

Nota. NS = Nível Socioeconómico; QP-PD = Questionário de Preconceito em Relação a Pessoas com Deficiência; EA-DI = Escala de Atitudes Face à Deficiência Intelectual; EACM-PDI = Escala de Atitudes Clássicas e Modernas em Relação às Pessoas com Deficiência Intelectual; PC = Preconceito Clássico; PM-N, A, R = Preconceito Moderno-Negação, Antagonismo, Ressentimento.

* $p < 0,05$. ** $p < 0,01$.

Discussão

Nesta investigação, procurou explorar-se o preconceito e as atitudes em relação às pessoas com deficiência, bem como os fatores pessoais e ambientais que possam influenciar essas atitudes. A análise dos resultados revelou que os participantes exibem, de um modo geral, baixos níveis de preconceitos e atitudes favoráveis em relação às pessoas com deficiência, corroborando o que foi observado em estudos anteriores (Bárcena et al., 2018; Guerrero Flores, 2021; Monsuri-Rosado & Pinazo-Hernandis, 2016; Rodríguez-Martín & Álvarez-Arregui, 2015; Suriá Martínez, 2017; Torres et al., 2019). No entanto, é importante salientar que, tal como observado por García Reyes (2019), a aceitação pode ser limitada pelo estigma e pela falta de informação sobre a deficiência.

Em consonância com os estudos de Garabal-Barbeira et al. (2018) e Rodríguez-Martín e Álvarez-Arregui (2015), os participantes do nosso estudo parecem acreditar que um estudante com deficiência pode ter um bom desempenho profissional. Este facto parece indicar uma atitude positiva para a inclusão educativa e, posteriormente, laboral do aluno com deficiência.

Além disso, à semelhança de Novo-Corti et al. (2011), os participantes do nosso estudo expressaram a necessidade de políticas inclusivas e demonstraram atitudes favoráveis à adaptação das atividades de ensino para pessoas com deficiência. A investigação de Nieto Carmona e Moríña Díez (2021) reforça a importância do papel dos pares na inclusão, um aspeto que se verificou também no nosso estudo.

Por fim, os nossos resultados, embora apontem para uma prevalência de preconceitos e atitudes negativas em função de fatores específicos, sugerem que no contexto universitário português, os preconceitos em relação aos estudantes com necessidades específicas não são a norma. Esta observação, que está parcialmente em sintonia com a investigação de Traqueia (2015), sublinha a importância de continuar a desenvolver e implementar serviços de apoio adequados para aumentar as hipóteses de sucesso académico desses estudantes, bem como de promover uma maior sensibilização e formação para reduzir preconceitos existentes.

Em relação ao segundo objetivo, os resultados indicam que certos fatores fazem variar o nível de preconceito enfrentado por esta comunidade. Surpreendentemente, constatou-se que o contacto prévio ou atual com pessoas com deficiência não influencia as atitudes ou o preconceito dos participantes em relação a esta população. Esta descoberta contrasta com as pesquisas anteriores que sugerem que as atitudes variam de acordo com uma série de variáveis moderadoras, incluindo o contacto prévio com pessoas com deficiência (Torres et al., 2019).

De particular interesse é o achado de que os estudantes de Educação Social exibiram atitudes mais favoráveis e um menor nível de preconceito em relação aos seus pares com deficiência, em comparação com os estudantes de outras áreas de estudo (serviço social, educação básica, desporto e bem-estar). Este resultado ecoa os achados de estudos semelhantes, tais como os de Lewis et al. (2010), Tervo et al. (2004), e Tracy e Iacono (2008), que observaram que estudantes de Ciências da Saúde, incluindo disciplinas como psicologia, terapia ocupacional e terapia da fala, tendem a demonstrar atitudes positivas em relação à deficiência. No entanto, estes dados contrastam com os de Rodríguez-Martín e Álvarez-Arregui (2014), que descobriram que nem o género nem o curso de estudo resultaram numa perspetiva diferente sobre opiniões e atitudes em relação à deficiência.

Neste estudo, o nível educacional parece não influenciar o preconceito em relação a pessoas com deficiência e as atitudes em relação à deficiência intelectual. No entanto, é importante notar que a esmagadora maioria dos participantes está a frequentar a licenciatura, o que limita a capacidade de fazer comparações significativas entre diferentes níveis de educação. Este fator pode ajudar a explicar a discrepância entre os nossos resultados e os de estudos anteriores, como os de Suriá et al. (2011) e Patka

et al. (2013), Novo-Corti et al. (2011), que sugerem que as atitudes positivas em relação à deficiência tendem a aumentar com o nível educacional.

Continuando a análise de variáveis demográficas, é relevante discutir a questão do género. Em contraste com estudos anteriores (Findler et al., 2007; Guerrero Flores, 2021; McDougall et al., 2004) que sugerem que as mulheres tendem a apresentar atitudes mais favoráveis em relação à deficiência do que os homens, o nosso estudo não evidenciou diferenças significativas neste aspeto. Esta ausência de diferenças significativas pode ser explicada pela composição da nossa amostra, que é maioritariamente feminina (79,6%). Tal fato pode ter reduzido a variabilidade nas atitudes em relação à deficiência, tornando mais difícil detetar diferenças de género. Além disso, a natureza das disciplinas estudadas pelos participantes, que estão principalmente relacionadas com os cuidados sociais e de saúde, pode ter também influenciado as atitudes dos participantes, independentemente do seu género.

Os resultados da presente investigação indicam que a interação com indivíduos com deficiência não parece ter um efeito notável na redução dos níveis de preconceito e atitudes relatados pelos estudantes. Este achado entra em conflito com os resultados de estudos anteriores, como os de Garabal-Barbeira et al. (2018) e Martínez Martín e Bilbao León (2011), que descobriram uma correlação positiva entre a frequência do contacto com pessoas com deficiência e atitudes mais favoráveis. De forma semelhante, Rodríguez Rubiano e Ramírez (2012) relataram que aqueles que tiveram mais experiências de interação com pessoas com deficiência mostraram atitudes mais positivas. Uma possível explicação para esta discrepância pode ser a natureza do contacto que os participantes do presente estudo tiveram com indivíduos com deficiência. Não se pode assumir que todos os contactos sejam iguais em termos de qualidade ou profundidade, e os tipos de interações podem variar significativamente. Contactos superficiais ou ocasionais podem não ter o mesmo impacto que interações profundas e prolongadas na formação de atitudes.

Paradoxalmente, o nosso estudo revelou uma associação entre um nível socioeconómico médio-alto e um menor preconceito, bem como atitudes mais favoráveis em relação à deficiência. Isto contrasta com um estudo anterior realizado por nós com alunos da Universidade de La Coruña, onde descobrimos que aqueles com um nível socioeconómico inferior tinham contacto mais frequente com pessoas com deficiência e apresentavam atitudes mais favoráveis (Garabal-Barbeira et al., 2023). Essa divergência pode ser parcialmente explicada pela possibilidade de que os participantes de nível socioeconómico médio-alto no presente estudo possam ter tido acesso a mais informações e educação sobre a deficiência, o que poderia ter contribuído para a formação de atitudes mais positivas. Além disso, os estudantes de nível socioeconómico médio-alto podem ter mais oportunidades para interações significativas com pessoas com deficiência, devido a maior acesso a recursos, programas de inclusão e iniciativas de integração. No entanto, essas são apenas hipóteses que exigiriam investigações futuras para serem confirmadas.

A descoberta de que as atitudes e o preconceito estão positivamente correlacionados quando consideramos as atitudes em relação a colegas com deficiência intelectual (EACM-PDI) é uma descoberta significativa deste estudo. Este resultado está alinhado com a literatura anterior que sugere que atitudes mais favoráveis estão associadas a níveis de preconceito mais baixos (McManus et al., 2010). Isso sugere que os participantes que manifestam atitudes positivas em relação às pessoas com deficiência também tendem a ter níveis mais baixos de preconceito. No entanto, é importante observar que correlação não implica causalidade, e são necessárias mais pesquisas para determinar a natureza exata dessa relação. Por exemplo, é possível que a atitude positiva influencie o preconceito, reduzindo-o. Alternativamente, é possível que um baixo nível de preconceito leve a atitudes mais positivas. Também é possível que exista uma variável não medida que influencie tanto a atitude quanto o preconceito. Além disso, seria interessante investigar se a força dessa correlação varia em diferentes contextos ou grupos de pessoas. Por exemplo, a correlação pode ser mais forte em alguns grupos sociodemográficos do que em outros, ou pode ser influenciada por outros fatores, como a qualidade e quantidade do contacto com pessoas com deficiência. Em suma, a descoberta de uma correlação positiva entre atitude e preconceito fornece uma importante base para a pesquisa futura, mas também levanta questões sobre as possíveis variáveis que podem influenciar essa relação.

Outro aspeto que necessita de maior exploração é a ausência de uma associação estatisticamente significativa entre o preconceito em relação a pessoas com deficiência (QP-PD) e as atitudes em relação à deficiência intelectual (EA-DI). Esta falta de associação sugere que o preconceito direcionado às pessoas com deficiência, conforme medido pelo QP-PD, não está necessariamente ligado às atitudes específicas em relação à deficiência intelectual. Este achado contrasta com pesquisas anteriores que sugerem que preconceitos gerais podem influenciar as atitudes em relação a grupos específicos de indivíduos com deficiência (McManus et al., 2010; Siperstein et al., 2003). Porém, também é consistente com estudos que encontraram variações nas atitudes em relação a diferentes tipos de deficiência (Barr et al., 2015; Strohmer et al., 1984). Por exemplo, Barr et al. (2015) constataram que as atitudes das pessoas variam dependendo do tipo de deficiência, com as deficiências intelectuais muitas vezes sendo vistas de forma mais negativa do que outras deficiências. Isso pode explicar por que não encontramos uma associação significativa entre o QP-PD e o EA-DI. Scior (2011), por outro lado, numa revisão sistemática, salientou a diversidade de atitudes em relação à deficiência intelectual, com alguns estudos sugerindo níveis de estigma mais elevados em comparação com outras deficiências. Esta diversidade de atitudes pode ser influenciada por uma variedade de fatores, incluindo, mas não se limitando a, o grau de contacto prévio com pessoas com deficiência intelectual, nível de educação e fatores culturais. A ausência de uma relação significativa entre o preconceito em relação ao desempenho laboral de pessoas com deficiência (QP-PD) e as atitudes em relação à deficiência intelectual (EA-DI) neste estudo pode estar alinhada com a complexidade destes fatores que moldam as atitudes e preconceitos em relação à deficiência. Isto realça

a necessidade de uma compreensão mais matizada das atitudes e preconceitos em relação a diferentes tipos de deficiência.

Limitações do estudo

Os resultados atuais devem ser interpretados com cautela e consideração das limitações do estudo, que passamos a enumerar.

Em primeiro lugar, a amostra do estudo foi composta por estudantes de ciências sociais e educação na região centro de Portugal. Isso limita a generalização dos resultados para outros grupos de estudantes, outras áreas do conhecimento, ou mesmo para outras regiões do país ou do mundo. Futuras pesquisas podem incluir participantes de diferentes áreas do conhecimento e diferentes regiões de Portugal, para verificar se os resultados se mantêm em contextos diversificados.

Em segundo lugar, este estudo adotou um desenho transversal, o que impede a inferência de relações causais. Por exemplo, embora tenhamos encontrado uma associação entre o nível socioeconómico e as atitudes/preconceitos, não podemos dizer com certeza que o primeiro causa o segundo. Futuros estudos poderiam adotar um desenho longitudinal para explorar como as atitudes e preconceitos mudam ao longo do tempo, explorando a possibilidade de relações causais, e em resposta a diferentes experiências ou intervenções.

A terceira limitação está relacionada ao viés do método comum. Os dados foram coletados usando um único método (questionários de autorresposta), o que pode introduzir viés. Para mitigar isso, estudos futuros podem considerar o uso de múltiplas fontes de dados e métodos de coleta de dados, como entrevistas ou observações.

Por último, existem potencialmente muitas outras variáveis que não foram medidas neste estudo que podem influenciar as atitudes e preconceitos, tais como a exposição aos media, as experiências pessoais, ou as crenças culturais. Estudos futuros podem considerar a inclusão destas variáveis para proporcionar uma compreensão mais completa dos fatores que influenciam as atitudes e preconceitos em relação à deficiência.

Conclusão

Neste estudo, focado em estudantes de ciências sociais e educação no centro de Portugal, descobrimos que os preconceitos contra pessoas com deficiência são geralmente baixos, e as atitudes são positivas. Ao contrário das expectativas, a experiência de contacto com pessoas com deficiência não influenciou significativamente as atitudes ou preconceitos, enquanto o nível socioeconómico mostrou-se relevante: níveis mais altos estavam associados a atitudes mais positivas e menos preconceitos. Estes resultados, alinhados com a complexidade do preconceito descrita por Gurdíán Fernández et al. (2020), sublinham a importância da singularidade do indivíduo na formação de atitudes e preconceitos. Finalmente, eles

reforçam a necessidade de estratégias inclusivas eficazes no ensino superior, especialmente considerando o papel dessas atitudes e preconceitos na retenção estudantil. A pesquisa futura deve continuar a explorar este complexo fenómeno para apoiar melhor a inclusão e o sucesso académico de todos os estudantes.

Conflito de interesses: As autoras declaram não ter nenhum conflito de interesse ou lealdade concorrente ou duplo compromisso

Fontes de financiamento: O CITIC como Centro de Investigação do Sistema Universitário Galego é financiado pela Consellería de Education, Universidades y Formación Profesional (Xunta de Galicia) através do FEDER (80%), Programa Operacional FEDER Galiza 2014–2020 e os restantes 20% pela Secretaria Xeral de Universidades (Ref. ED431G 2019/01).

Contributos: **TP:** Papel na conceptualização; Revisão da literatura; Recolha, inserção e tratamento dos dados; Redação do manuscrito. **MN:** Redação do manuscrito; Tratamento e discussão dos dados; Revisão da redação final do manuscrito. **JBG:** Papel na conceptualização; Tratamento e discussão dos dados; **CS:** Tratamento e discussão dos dados; Revisão do manuscrito.

Referências

- Akrami, N., Ekehammar, B., Claesson, M., & Sonnander, K. (2006). Classical and modern prejudice: Attitudes toward people with intellectual disabilities. *Research in Developmental Disabilities, 27*(6), 605–617. <https://doi.org/d973nx>
- Allport, G. W. (1954). *The nature of prejudice*. Addison-Wesley.
- Alonso, M., Navarro, R., & Lidón, V. (2007). *Actitudes hacia la diversidad en estudiantes universitarios* [Jornades de Foment de la Investigació] (pp. 476–491). Universitat Jaume. <https://bit.ly/3IcWgHp>
- Antunes, A. P., & Faria, C. P. (2013). A universidade e a pessoa com necessidades especiais: Estudo qualitativo sobre perceções de mudança social, institucional e pessoal. *Indagatio Didactica, 5*(2), 474–488. <https://doi.org/j9vc>
- Baldomir Cabanas, C., Gándara Insua, L., Madrid Martínez, P., Méndez Gallego, Z., Pousada García, T., Sánchez Fernández, M., & Seijas Ramos, S. (2017). *Ventanas a la diversidad: Guía de actuación y buenas prácticas en materia de diversidad de la UDC*. Universidade da Coruña.
- Bárcena, S., Cruz, E., & Jenkins, B. (2018). Actitudes y estereotipos en estudiantes del área de la salud hacia personas con discapacidad motriz. *Revista Española de Discapacidad, 6*(1), 199–219. <https://doi.org/j9vf>
- Barr, J. J., & Bracchitta, K. (2015). Attitudes toward individuals with disabilities: The effects of contact with different disability types. *Current Psychology, 34*(2), 223–238. <https://doi.org/f7jmxk>
- Campos Pinto, P., & Neca, P. (2020). *Pessoas com deficiência em Portugal: Indicadores de Direitos Humanos 2020*. Observatório da deficiência e direitos humanos. <https://bit.ly/3OkGiyC>
- Cerrillo, R., Izuzquiza Gasset, D., & Egado Gálvez, I. (2013). Inclusión de jóvenes con discapacidad intelectual en la Universidad. *Revista de Investigación en Educación, 11*(1), 41–57. <https://bit.ly/42SEC4d>
- Coulon, A. (2008). *A condição de estudante: A entrada na vida universitária*. Editora da Universidade Federal da Bahia. <https://bit.ly/3W3Vbrc>
- Deal, M. (2007). Aversive disablism: Subtle prejudice toward disabled people. *Disability and Society, 22*(1), 93–107. <https://doi.org/cg7dvv>
- Dovidio, J. F., Gaertner, S. L., & Kawakami, K. (2003). Intergroup contact: The past, present, and the future. *Group Processes & Intergroup Relations, 6*(1), 5–21. <https://doi.org/d3xtn4>
- Findler, L., Vilchinsky, N., & Werner, S. (2007). The multidimensional attitudes scale toward persons with disabilities (MAS): Construction and validation. *Rehabilitation Counseling Bulletin, 50*(3), 166–176. <https://doi.org/chwbhv>
- Fundación Universia. (2021). *Universidad y discapacidad. V Estudio sobre el grado de inclusión del sistema universitario español respecto de la realidad de las personas con discapacidad*. <https://bit.ly/3Oe1u9E>

- Garabal-Barbeira, J., Pousada García, T., Espinosa Breen, P. C., & Saleta Canosa, J. L. (2018). Las actitudes como factor clave en la inclusión universitaria. *Revista Española de Discapacidad*, 6(1), 181–198. <https://doi.org/j9vq>
- Garabal-Barbeira, J., Espinosa Breen, P. C., & Posada García, T. (2023). Inclusion at university and prejudice towards disability: the influence of contact in the academic field [Manuscrito submetido para publicação]. Centro de Investigación en las TIC, Grupo de Investigación TALIONIS, Universidade da Coruña.
- García Reyes, J. (2019). Las expresiones de los estudiantes de instituciones de nivel superior en torno a las personas con discapacidad. *Revista Electrónica de Investigación Educativa*, 21, Artículo e10. <https://doi.org/j9vh>
- Getzel, E. E., & Thoma, C. A. (2008). Experiences of college students with disabilities and the importance of self-determination in higher education settings. *Career Development for Exceptional Individuals*, 31(2), 77–84. <https://doi.org/dx8v89>
- Gómez, V., & Infante, M. (2004). Actitudes de los estudiantes de educación hacia la integración de personas con discapacidad y hacia la educación multicultural. *Cultura y Educación*, 16(4), 371–383. <https://bit.ly/41yI21>
- Guerrero Flores, G. (2021). *Rasgos de personalidad y su relación con la actitud hacia personas con discapacidad en estudiantes universitarios*. Universidad Técnica de Ambato. <https://bit.ly/3MuupoM>
- Gurdián Fernández, A., Vargas Dengo, M. C., Delgado Álvarez, C., Sánchez Prada, A., Gurdián Fernández, A., Vargas Dengo, M. C., Delgado Álvarez, C., & Sánchez Prada, A. (2020). Validación de una escala de prejuicios hacia personas con discapacidad. *Actualidades Investigativas en Educación*, 20(2), 56–83. <https://doi.org/j9vj>
- Heiman, T., & Precel, K. (2003). Students with learning disabilities in higher education: Academic strategies profile. *Journal of Learning Disabilities*, 36(3), 248–258. <https://doi.org/b5kst3>
- Instituto Nacional de Estadística. (2021). *Censos 2021*. <https://bit.ly/3W8GT8Q>
- Lewis, S., & Stenfert-Kroese, B. (2010). An investigation of nursing staff attitudes and emotional reactions towards patients with intellectual disability in a general hospital setting. *Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities*, 23(4), 355–365. <https://doi.org/dvm36t>
- Lima, T. M. (2003). Seixas, Ana Maria, políticas educativas e ensino superior em Portugal: A inevitável presença do Estado. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, 179–180. <https://doi.org/j9vk>
- Lozano, L. M., García-Cueto, E., & Muñoz, J. (2008). Effect of the number of response categories on the reliability and validity of rating scales. *Methodology*, 4(2), 73–79. <https://doi.org/fs3nhv>
- Martínez Martín, M., & Bilbao León, M. (2011). Los docentes de la universidad de Burgos y su actitud hacia las personas con discapacidad. *Siglo Cero: Revista Española Sobre Discapacidad Intelectual*, 42(240), 50–78. <https://bit.ly/42Ue4iq>
- McDougall, J., DeWit, D. J., King, G., Miller, L. T., & Killip, S. (2004). High school-aged youths' attitudes toward their peers with disabilities: The role of school and student interpersonal factors. *International Journal of Disability, Development and Education*, 51(3), 287–313. <https://doi.org/cs7jgt>
- McManus, J. L., Feyes, K. J., & Saucier, D. A. (2010). Contact and knowledge as predictors of attitudes toward individuals with intellectual disabilities. *Journal of Social and Personal Relationships*, 28(5), 579–590. <https://doi.org/bnm3wz>
- Monsuri-Rosado, J., & Pinazo-Hernandis, S. (2016). Actitudes de los estudiantes de enfermería hacia las personas con discapacidad: Análisis y propuestas. *Index de Enfermería*, 25(1), 114–118. <https://bit.ly/41IDnmJ>
- Nieto Carmona, C., & Moriña Díez, A. (2021). Barreras y facilitadores para la inclusión educativa de personas con discapacidad intelectual. *Siglo Cero*, 52(4), 29–49. <https://doi.org/j9vm>
- Novo-Corti, I., Muñoz-Cantero, J. M., & Calvo-Porrál, C. (2011). Análisis de las actitudes de los jóvenes universitarios hacia la discapacidad: Un enfoque desde la teoría de la acción razonada. *RELIEVE*, 17(2), Artículo 5. <https://doi.org/j9vn>
- Organização Mundial da Saúde. (2011). *Relatório mundial sobre a deficiência*. Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo. <https://bit.ly/3Btvokc>
- Pallant, J. (2020). *SPSS survival manual: A step by step guide to data analysis using IBM SPSS (7ª ed.)*. Routledge. <https://doi.org/grm4>
- Patka, M., Keys, C. B., Henry, D., & McDonald, K. E. (2013). Attitudes of Pakistani community members and staff toward people with intellectual disability. *American Journal on Intellectual and Developmental Disabilities*, 118(1), 32–43.

<https://doi.org/f4k84b>

- Pérez-Grande, M., García de Dujo, Á., & Martín García, A. V. (1999). Prejuicios, estereotipos y otras profecías autocumplidoras: Un reto para la educación intercultural. *Pedagogía Social: Revista Interuniversitaria*, 3, 125–146. <https://bit.ly/3nXtWSC>
- Rodríguez-Martín, A., & Álvarez- Arregui, E. (2014). Estudiantes con discapacidad en la universidad. Un estudio sobre su inclusión. *Revista Complutense de Educación*, 25(2), 457–479. <https://doi.org/j9vp>
- Rodríguez-Martín, A., & Álvarez-Arregui, E. (2015). Universidad y discapacidad: Actitudes del profesorado y de estudiantes. *Perfiles Educativos*, 37(147), 86–102. <https://bit.ly/3IeCyuK>
- Rodríguez Rubiano, L., & Ramírez, L. (2012). *Actitudes hacia la discapacidad: La influencia de variables individuales y contextuales: Una revisión de literatura*. Universidad del Rosario. <https://doi.org/j9wq>
- Scior, K. (2011). Public awareness, attitudes and beliefs regarding intellectual disability: A systematic review. *Research in Developmental Disabilities*, 32(6), 2164–2182. <https://doi.org/b9wcbd>
- Siperstein, G. N., Norins, J., Corbin, S. B., & Shriver, T. (2003). *Multinational study of attitudes toward individuals with intellectual disabilities: General findings and calls to action. A Special Olympics Report*. Special Olympics Inc. <https://bit.ly/3nTMnaR>
- Strohmer, D. C., Grand, S. A., & Purcell, M. J. (1984). Attitudes toward persons with a disability: An examination of demographic factors, social context, and specific disability. *Rehabilitation Psychology*, 29(3), 131–145. <https://doi.org/dr66dh>
- Suriá Martínez, R. (2011). Análisis comparativo sobre las actitudes de los estudiantes hacia sus compañeros con discapacidad. *Electronic Journal of Research in Educational Psychology*, 9(1), 197–216. <https://bit.ly/30197FF>
- Suriá Martínez, R. (2017). Creencias entre los estudiantes universitarios hacia la discapacidad: Análisis de su evolución entre generaciones. *International Journal of Developmental and Educational Psychology INFAD Revista de Psicología*, 4(1), 53–162. <https://doi.org/j9vq>
- Suriá, R., Bueno, A., & Rosser, A. (2011). Prejuicios entre los estudiantes hacia las personas con discapacidad: Reflexiones a partir del caso de la Universidad de Alicante. *Alternativas*, 18, 75–90. <https://bit.ly/42K2100>
- Tervo, R. C., Palmer, G., & Redinius, P. (2004). Health professional student attitudes towards people with disability. *Clinical Rehabilitation*, 18(8), 908–915. <https://doi.org/dhbp3z>
- Torres, A. A., González, M. L. G., López, F. P., & Arroyo, J. C. (2019). Atitudes em relação à deficiência em uma universidade mexicana. *Revista Brasileira de Educação*, 24, Artigo e240023. <https://doi.org/j9vr>
- Tracy, J., & Iacono, T. (2008). People with developmental disabilities teaching medical students – Does it make a difference? *Journal of Intellectual & Developmental Disability*, 33(4), 345–348. <https://doi.org/cfnvw>
- Traqueia, A. F. M. M. (2015). *Inclusão de estudantes com necessidades especiais no ensino superior* [Universidade de Aveiro]. <https://bit.ly/42VlQZw>
- World Health Organization. (2008). *The global burden of disease: 2004 update*. World Health Organization. <https://bit.ly/3Mkzn6h>
- Valle, J. W., & Connor, D. J. (2014). *Ressignificando a deficiência: Da abordagem social às práticas inclusivas na escola*. McGraw Hill.